

GUIA PARA PROCESSOS CRIMINAIS NOS ESTADOS UNIDOS

Além do “Guia para processos criminais nos Estados Unidos” exposto a seguir, <http://usinfo.state.gov/usa/infousa>, <http://thomas.loc.gov/> e www.uscourts.gov/understand02/ fornecem informações gerais sobre os Estados Unidos e seu sistema jurídico, incluindo os seus tribunais. O Departamento de Estado dos Estados Unidos administra o primeiro site, InfoUSA; e o Departamento Administrativo dos Tribunais dos Estados Unidos mantém o segundo em nome do Poder Judiciário Federal. O InfoUSA também fornece links para recursos do Estado.

Uma introdução às práticas e procedimentos

Nos Estados Unidos, tanto o governo federal quanto os governos estaduais têm autoridade para processar delitos criminais. O governo federal e os governos estaduais têm seus próprios estatutos criminais, sistema de tribunais, promotoria e departamentos de polícia. A determinação da esfera em que um crime em particular será julgado, se pelo governo estadual ou pelo federal, depende de fatores tão numerosos e complexos que não podem ser abordados neste breve documento.¹

Como consequência tanto legal como prática, os crimes julgados com maior frequência pelo governo federal incluem o tráfico de drogas, o crime organizado, crimes financeiros, fraudes em larga escala e crimes em que existe um interesse federal especial, como crimes contra autoridades federais e fraudes contra os Estados Unidos. Além disso, existem certos crimes que só podem ser julgados pelo governo federal. Eles incluem delitos aduaneiros, delitos que envolvem questões de impostos federais e crimes de espionagem e traição.

Os estados julgam a maioria dos crimes contra pessoas, como assassinatos e assaltos, e diversos crimes contra propriedades, como roubos e furtos. Na verdade, os estados julgam um número muito maior de crimes do que o governo federal.²

Embora os estados tenham ampla autoridade para julgar diversos tipos de crimes, eles podem investigar e julgar somente atos criminosos cometidos dentro de suas fronteiras. O poder do governo federal, no entanto, se estende por todos os Estados Unidos. Portanto, o governo federal é muitas vezes mais apto a investigar e julgar atividades criminosas complicadas e de larga escala.

A Agência de Relações internacionais (OIA), da Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, é responsável por todas as extradições internacionais, bem como por assistência jurídica internacional para tanto para as promotorias estaduais quanto a federal. Nesse âmbito, a OIA supervisiona a representação de extradição de governos estrangeiros e solicitações de provas nos tribunais dos Estados Unidos.

¹ As bases da jurisdição criminal federal são particularmente complexas e exclusivas do sistema jurídico dos Estados Unidos. Por exemplo, certos crimes federais requerem o envolvimento ou o uso do serviço postal, telefone ou comunicações por cabo dos Estados Unidos ou viagens e transporte entre os estados antes que possam ser julgados em um tribunal federal. A natureza peculiar desses elementos de jurisdição é reconhecida por diversos tratados de extradição modernos, que prevêm que o exercício da não-existência desses elementos não deve ser considerado quando se determina se um crime deve ser julgado, por exemplo, no México ou nos Estados Unidos.

² A combinação dos sistemas jurídicos estaduais e federal é função do sistema de governo federal.

Embora existam diferenças no julgamento criminal entre os estados e entre os estados e o governo federal, certos princípios fundamentais das leis e práticas criminais dos Estados Unidos se aplicam igualmente a todas as investigações e julgamentos estaduais e federais. Primeiro, é verdade que nos Estados Unidos a investigação e o julgamento de um crime são responsabilidade da esfera executiva do governo. Promotores, investigadores e oficiais de polícia são membros da esfera executiva, não da judicial. Nos Estados Unidos, não existe o conceito de juiz investigador como é encontrado no sistema civil.

Portanto, a função dos juízes na investigação de delitos criminais é limitada. No entanto, certas ações durante uma investigação só podem ser executadas com a autorização de um juiz. Somente um juiz pode emitir um mandado de busca e apreensão de provas criminais; somente um juiz pode ordenar a gravação de conversas telefônicas; somente um juiz pode emitir uma intimação (uma ordem para que alguém preste testemunho ou forneça documentos ou outras provas em sua posse sob pena de encarceramento por recusa); e, exceto em circunstâncias limitadas, somente um juiz pode emitir um mandado de prisão para uma pessoa acusada.³

Sempre que um promotor (ou, em alguns casos, um oficial de polícia) determinar que é necessária uma ação judicial em uma investigação, ele deve fazer uma solicitação formal ao tribunal e apresentar fatos ou provas que sejam legalmente suficientes para dar suporte à ação solicitada. Um juiz emitirá o mandado ou a ordem solicitada se determinar a existência de bases factuais suficientes para tanto. Por exemplo, no caso da solicitação de um mandado de busca, o tribunal deve determinar que as provas apresentadas sejam suficientes para constituir causa provável de que um delito tenha sido cometido e que evidências possam ser encontradas no local específico em que se dará a busca.

Em segundo lugar, certos aspectos do procedimento em casos criminais são obrigatórios pela Constituição dos Estados Unidos. Eles se aplicam igualmente a processos estaduais e federais. Por exemplo, a pessoa acusada de um delito grave tem o direito de ser julgada por um júri e ser representada por um advogado. No julgamento, o réu tem o direito de interrogar pessoas que estejam testemunhando contra ele.⁴ Além disso, ninguém pode ser compelido a testemunhar contra si próprio.⁵ Do mesmo modo, a Constituição requer que nenhum mandado seja emitido a não ser sob determinação da existência de provas suficientes para apoiar um veredicto de “causa provável”.

Portanto, não se pode emitir um mandado de prisão para uma pessoa sem que haja provas suficientes para apoiar o veredicto de que é bem provável que um crime tenha sido cometido e de que essa pessoa o tenha cometido.

I. Autoridades envolvidas em investigações, processos e julgamentos de crimes federais

³ No sistema federal, um auxiliar do tribunal poderá emitir um mandado de prisão se já existir um indiciamento incriminando uma pessoa por um delito criminal. Como será discutido mais detalhadamente abaixo, indiciamento é o veredicto de um grande júri de que existe uma causa provável para se acreditar que um crime tenha sido cometido e que o foi por determinada pessoa. Pelas leis dos Estados Unidos, o mandado de prisão só poderá ser emitido após a descoberta de uma causa provável. Como o indiciamento é, por si, suficiente para estabelecer uma causa provável, o mandado de prisão consecutivo a um indiciamento geralmente não requer um veredicto adicional de causa provável de um juiz.

⁴ Este direito é chamado de “direito de confrontação”. Ele é garantido pela sexta emenda da Constituição dos Estados Unidos.

⁵ Esse direito é chamado de “privilégio contra a auto-incriminação”, ou “privilégio da Quinta Emenda”, pois é garantido pela Quinta Emenda da Constituição. Qualquer pessoa pode reivindicar esse direito. A pessoa não precisa ser acusada formalmente de um crime.

A. O Departamento de Justiça

Como mencionado acima, a responsabilidade pela investigação e pelo processo de crimes nos Estados Unidos está na esfera executiva do governo. Todos os promotores federais fazem parte do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Além disso, os investigadores da Agência Federal de Investigação (FBI) e da Agência de Combate às Drogas (DEA), os U.S. Marshals e os investigadores criminais do Birô de Alcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos (BATFE) são funcionários do Departamento de Justiça⁶ e, como tais, são supervisionados pelo Procurador-Geral.

O processo de casos criminais federais nos tribunais distritais federais é de responsabilidade da procuradoria federal de cada distrito. Cada procurador federal é nomeado pelo Presidente e subordina-se ao Procurador-Geral.

Existem 94 tribunais distritais e 93 procuradores federais. O número de juízes e promotores federais em cada distrito varia de acordo com o número de questões judiciais federais (criminais e civis) do distrito. Por exemplo, a Procuradoria Federal do distrito Sul de Nova York (Manhattan) tem mais procuradores federais assistentes do que a do distrito de Connecticut.

Os procuradores da Divisão Criminal do Departamento de Justiça em Washington também podem lidar com processos em todos os Estados Unidos, mas os promotores federais principais são os 93 procuradores federais, e os procuradores sob sua supervisão são os procuradores federais assistentes.

B. O Judiciário Federal

Existem três níveis de tribunais e juízes federais encarregados de ouvir casos criminais e civis. Depois de nomeados, todos os juízes federais, exceto os juízes magistrados federais, podem continuar a exercer a função de juízes pelo resto da vida. A Constituição dos Estados Unidos prevê estabilidade vitalícia para os juízes federais.

1. Os tribunais distritais federais

No primeiro nível do judiciário federal estão os 94 tribunais distritais federais. Os juízes dos tribunais distritais são juízes magistrados federais (o nível inferior dos juízes federais) ou juízes do tribunal distrital federal. Todos os julgamentos de casos criminais federais ocorrem em tribunais distritais federais.

Certos delitos menores podem ser julgados perante um juiz magistrado federal. Por outro lado, todos os julgamentos criminais federais são conduzidos por um único juiz distrital federal. No julgamento, os juízes arbitram todas as questões de direito e de provas. Se não houver um júri, ele também determinará se as provas são suficientemente convincentes. A sentença dos culpados também é de responsabilidade dos juízes no âmbito do tribunal distrital.

⁶ Outros investigadores federais são funcionários de outros departamentos, e investigam questões de jurisdições especiais dentro de seus respectivos departamentos. Por exemplo, os funcionários do serviço secreto (que investigam falsificações), da Agência de Fiscalização Aduaneira e de Imigração e a Patrulha de Fronteira são funcionários do Departamento de Segurança Nacional dos Estados Unidos. O Ministério da Fazenda dos Estados Unidos e a Receita Federal empregam agentes de segurança para investigar crimes de impostos.

A competência dos juízes distritais é maior do que a dos juízes magistrados e, em diversos casos, os juízes distritais determinam as ações que podem ser desempenhadas pelos magistrados. Por exemplo, todas as audiências de extradição ocorrem em tribunais distritais, e as regras estabelecidas pelos juízes dos tribunais distritais determinarão se a audiência de extradição poderá ocorrer perante um magistrado, e não perante um juiz distrital.

Além de conduzir julgamentos, os juízes dos tribunais distritais têm autoridade para emitir mandados de prisão e de busca e apreensão, conceder liberdade provisória a alguém acusado de algum crime e arbitrar sobre qualquer questão legal antes do julgamento.

2. Os tribunais de apelação dos Estados Unidos

O nível seguinte são os tribunais federais de apelação, também chamados de tribunais superiores de apelação. São 13 os tribunais superiores de apelação.⁷ Cada um dos 12 tribunais superiores para audiências de apelação de casos criminais tem jurisdição sobre uma área geográfica em particular, chamada “circuito”.⁸ Cada Tribunal Superior ouve apelações dos tribunais distritais de sua área. Por exemplo, o Segundo Tribunal Superior de Apelação ouve apelações das decisões dos diversos tribunais distritais dos estados de Connecticut, Nova York e Vermont.

Pessoas culpadas de crimes federais têm o direito de apelar ao tribunal superior da jurisdição correspondente.⁹ Os tribunais superiores, no entanto, em geral respeitam muito os veredictos evidenciais (factuais) e não realizam painel de revisão de provas. Eles fazem uma análise muito mais profunda das decisões legais do que das constatações de fatos. Os recursos de apelação da promotoria são muito limitados. Por exemplo, o promotor não pode apelar de um julgamento de absolvição.

As apelações dos tribunais superiores são ouvidas por um painel de três juízes do tribunal de apelação. Em circunstâncias extremamente raras, a decisão do painel dos três juízes pode ser revista por todos os juízes do circuito. No âmbito da apelação, os advogados de acusação e de defesa enviam documentos ao tribunal resumindo as leis aplicáveis aos fatos do caso e as razões pelas quais o tribunal deveria sentenciar em seu favor. A seguir, o tribunal geralmente ouve o “argumento”, ou a apresentação oral, de cada advogado e faz-lhe perguntas referentes ao caso. Por fim, o tribunal considera o caso e apresenta sua decisão.¹⁰ Normalmente, essa decisão é escrita e são explicados os motivos que levaram o tribunal a ela.

⁷ Há os tribunais superiores de apelações federais do primeiro ao décimo primeiro circuito, o Tribunal de Apelações do Distrito de Colúmbia (Washington) e o Tribunal de Apelação do Circuito Federal. A jurisdição do “Circuito Federal” não se estende a questões criminais.

⁸ No século passado, os juízes federais realizavam, de fato, um circuito, viajando por sua área geográfica para conduzir julgamentos e audiências. Ainda hoje, os tribunais de apelação atendem às diferentes cidades em seus circuitos. Por exemplo, o Tribunal de Apelação do Nono Circuito pode conduzir audiências no Alasca, na Califórnia ou no Haváí.

⁹ Pessoas sujeitas à extradição não podem apelar aos tribunais superiores. Elas só podem apelar por meio de petição por escrito de *habeas corpus*. Enquanto essa petição estiver em vigor, as reivindicações de custódia dessa pessoa serão ilegais. O escopo da análise desses casos é muito limitado. Inicialmente, a petição deve ser feita ao Tribunal Distrital. Se este negar a petição, o Tribunal superior poderá rever sua decisão.

¹⁰ Uma decisão do tribunal é muitas vezes chamada de sua “parecer”. Muitos pareceres, embora nem todos, são publicados em diversos relatórios impressos, geralmente por editoras privadas. Os juízes normalmente selecionam os pareceres que desejam publicar. Serviços comerciais também dão acesso computadorizado às decisões dos tribunais estaduais e federais. As decisões atuais, incluindo as do Supremo Tribunal dos

3. O Supremo Tribunal dos Estados Unidos

O Supremo Tribunal é composto de nove juízes. Exceto em circunstâncias incomuns, o Supremo Tribunal age como um tribunal de apelação, revendo decisões dos tribunais federais de apelação e dos supremos tribunais estaduais. As decisões do Supremo Tribunal não estão sujeitas a apelações. Em casos criminais, normalmente é vetado o direito a apelações ao Supremo Tribunal. Em vez disso, aqueles que desejam revisões pelo Supremo Tribunal devem registrar uma solicitação para a revisão do Tribunal, explicando por que a questão judicial do seu caso é importante o bastante para ser considerada.¹¹ São poucos os casos em que as petições de revisão são aceitas pelo Tribunal. O Supremo Tribunal não analisa casos de extradição há mais de 50 anos.

II. Procedimento em casos criminais federais

A. Investigação e execução de acusações formais

Quando uma das agências federais de investigação julga que há provas de violação da lei dos Estados Unidos, os investigadores apresentam suas conclusões ao gabinete do procurador federal de seu distrito. Um dos procuradores federais assistentes analisará o caso e questionará o agente sobre seus detalhes para determinar se as provas indicam a existência de uma causa provável para se acreditar que foi cometido um crime.

Se as provas não forem suficientes para estabelecer uma causa provável, o procurador federal assistente poderá solicitar que os agentes continuem suas investigações ou decidir que as provas sejam apresentadas a um grande júri e que este dê continuidade à investigação do caso.

Se o procurador federal assistente determinar a existência de uma causa provável, apresentará as provas ao grande júri e pedirá que ele vote em uma proposta de acusação criminal. Essa acusação é chamada de indiciamento. No entanto, em algumas circunstâncias, não há tempo bastante para apresentar o caso ao grande júri, devido à urgência de se prender a pessoa que, acredita-se, cometeu o delito.

Nesses casos, o procurador federal assistente solicitará que um juiz emita um mandado de prisão baseado em uma declaração juramentada chamada de queixa-crime, que declara os fatos essenciais do delito imputado. A queixa-crime ou declaração juramentada entregue com ela também deve declarar provas suficientes para estabelecer uma causa provável para se acreditar que o crime específico imputado foi cometido pela pessoa acusada desse crime. Se, após análise atenta, o juiz determinar que existem provas suficientes para satisfazer à causa provável padrão, ele emitirá um mandado de prisão contra essa pessoa. Se uma pessoa for presa conforme esse procedimento, o procurador federal assistente deverá apresentar o caso ao grande júri e obter um indiciamento.

Um grande júri consiste de 16 a 23 cidadãos que têm a obrigação, após analisar as provas, de votar em uma proposta de acusação criminal. Geralmente, o grande júri ouve somente as provas do governo. O alvo de investigação (ou seja, a pessoa em que a investigação se foca) pode não ser

Estados Unidos, já estão disponíveis gratuitamente pela Internet em uma combinação mista de fontes públicas e privadas.

¹¹ Esta solicitação é chamada de petição para um “pedido de avocação”.

citada a comparecer perante o grande júri, mas pode voluntariamente prestar testemunho perante ele. Isso raramente ocorre.

Para uma pessoa ser indiciada, pelo menos 12 membros do grande júri devem considerar que existe uma causa provável para se acreditar que a pessoa, ou grupo de pessoas, cometeu o crime, ou crimes, de que são acusados. Enquanto o grande júri estiver deliberando sobre se devolve um indiciamento, ou seja, se emite um indiciamento, o promotor e o agente, o relator do tribunal e qualquer outra pessoa devem permanecer do lado de fora do recinto do grande júri.

Pessoas acusadas por crimes puníveis com mais de um ano de prisão têm o direito constitucional de ser indiciadas por um grande júri.¹² O grande júri não determina a culpa ou inocência do réu. Isso somente por ser feito por meio de um julgamento.

Um promotor federal não tem autoridade para emitir uma intimação para que alguém preste testemunho ou forneça provas em sua posse. O grande júri tem autoridade para emitir essas intimações e, portanto, tem expressivos poderes investigativos. Na prática, o procurador federal assistente ou outro promotor federal normalmente emite intimações em nome do grande júri. No entanto, o grande júri pode intimar testemunhos adicionais segundo a sua vontade.

Quando um testemunho é intimado perante um grande júri, o procurador federal assistente geralmente formula as perguntas, embora em muitos casos o grande júri também interrogue as testemunhas. A testemunha frente a um grande júri, como em um julgamento, não pode ser compelida a dar provas que mostrem que ela cometeu um delito. Como se mencionou acima, este direito é o Privilégio da Quinta Emenda Contra Auto-incriminação.

Os procedimentos do grande júri são registrados palavra a palavra por um taquígrafo, e são secretos. É crime para o promotor ou membro de um grande júri discutir os procedimentos do grande júri em público. Além disso, o promotor não pode revelar informações do grande júri a outro promotor ou investigador, a menos que eles estejam envolvidos na mesma investigação criminal. As informações reunidas pelo grande júri só poderão ser reveladas após a ordem de um tribunal federal. Essa permissão raramente é dada. Obviamente, as provas obtidas pelo grande júri poderão ser usadas depois em um julgamento se o grande júri indiciar formalmente uma ou mais pessoas por delito criminal.¹³

Em crimes complexos, como a maioria das fraudes bancárias, o envolvimento de um grande júri desde o início é essencial para uma investigação eficaz. Nesses casos, o promotor e o investigador trabalharão juntos desde o início da investigação.

B. A prisão do réu

¹² Uma pessoa pode renunciar ao direito de ser indiciada por um grande júri. Quem renunciar a esse direito será acusado em um documento denominado “informe”.

¹³ As pessoas que prestarem testemunho perante um grande júri normalmente serão convocadas para testemunhar novamente no julgamento, no qual o advogado dos réus poderá interrogá-las para testar a credibilidade de seus testemunhos. Isso ocorre porque a pessoa acusada tem o direito de confrontar e interrogar todas as testemunhas contra ela em um julgamento aberto ao público. Assim, o testemunho de uma pessoa perante o grande júri normalmente não é usado no julgamento para determinar se o réu é culpado, conforme foi acusado, a menos que a testemunha mude o seu testemunho no julgamento ou se torne indisponível para o julgamento.

No sistema federal, os acusados normalmente são presos após o grande júri acusá-los formalmente de um crime. (Como se observou anteriormente, o juiz pode emitir um mandado de prisão por indiciamento após o preenchimento de uma queixa-crime que contenha provas suficientes para se estabelecer uma causa provável.) Em geral, o procurador federal assistente solicita ao tribunal a emissão de um mandado de prisão contra a pessoa nomeada no indiciamento.¹⁴ Dependendo de inúmeros fatores, o réu pode, após a prisão, ser liberado sob fiança (liberdade provisória ou condicional) até o julgamento ou permanecer na prisão. Esses fatores incluem a gravidade do crime, o histórico criminal do acusado e a possibilidade de ele se tornar um fugitivo. Um juiz determina se um réu permanecerá na prisão ou será liberado e, neste caso, em que condições. Essas condições podem incluir o requisito de que o réu, ou alguém agindo em seu nome, caucione dinheiro ou outro bem, o qual será confiscado se o réu não comparecer ao julgamento.

Logo após a prisão do réu, ele deverá ser levado perante um juiz. O juiz informará ao réu as acusações contra ele e perguntará se ele se declara culpado ou inocente das acusações. Este procedimento é chamado de acusação.

C. O julgamento do réu

Segundo a Constituição dos Estados Unidos, uma pessoa acusada apenas de delitos menores tem o direito de ser julgada por um júri. Esse é um júri ordinário, algumas vezes chamado de “pequeno júri”. Os júris ordinários em casos criminais são compostos por 12 cidadãos que devem concordar por unanimidade com a culpa do réu para haver condenação. No julgamento, a procuradoria deve provar, “indo além da dúvida razoável”, que o réu cometeu os crimes que lhe são imputados. O réu não é obrigado a testemunhar ou a convocar testemunhas em seu nome.¹⁵ No entanto, o réu que opte por testemunhar é colocado sob juramento, como qualquer outra testemunha, e, igualmente, pode ser processado por perjúrio.

Em um júri ordinário, o júri determina se as provas contra o réu são suficientes para a condenação. Os jurados devem basear sua determinação nas provas apresentadas no julgamento. Se eles se convencerem pessoalmente de que o réu cometeu o crime imputado, mas determinarem que as provas não demonstram sua culpa além da dúvida razoável, o júri deverá absolvê-lo.

O juiz preside o julgamento e arbitra todas as questões legais, incluindo a aceitação das provas (ou seja, se elas podem ser apresentadas ao júri para uso na determinação da culpa do réu sobre as acusações). O juiz também instrui o júri sobre os princípios legais que ele deve aplicar na decisão sobre a culpabilidade do réu.

O réu pode renunciar ao direito a um júri ordinário. O juiz exercerá, então, a função de “examinador dos fatos” e determinará se as provas apresentadas são suficientes para declarar a culpa do réu além da dúvida razoável.

Durante o julgamento o juiz pode, quando necessário, interrogar uma testemunha. No entanto, o interrogatório de testemunhas é primariamente de responsabilidade do promotor e do advogado de defesa. Eles realizam a maior parte, senão todo, o interrogatório.

¹⁴ O mandado de prisão simplesmente especifica os crimes acusados e ordena a prisão da pessoa acusada desses crimes. O mandado de prisão não é o documento de acusação. O documento de incriminação, que acusa o réu dos crimes, é o indiciamento, a queixa-crime ou o informe.

¹⁵ De fato, o promotor é proibido até mesmo de tecer comentários sobre a omissão de testemunho do réu; e o juiz instrui o júri a não tratar o silêncio do réu como evidência de culpa.

Um relator do tribunal faz um registro palavra a palavra de tudo o que é dito no julgamento pelas testemunhas, pelo promotor, pelo defensor e pelo juiz. Isso inclui tudo o que for dito na chamada bancada de conferências ou paralela, na qual o promotor e o advogado de defesa discutem pontos legais – por exemplo, se determinada parte das provas é aceitável – perante o juiz, mas fora do alcance do júri.

Se o réu for considerado culpado, será responsabilidade do juiz impor a sentença. O réu declarado culpado após o julgamento poderá apelar de sua condenação ao tribunal federal de apelação do circuito que inclui o tribunal distrital federal que o condenou. Se o réu for inocentado, a promotoria não poderá apelar. Em certas circunstâncias, o réu também poderá apelar da sentença imposta. A promotoria e a defensoria devem designar as partes do registro palavra a palavra do julgamento e os itens de provas que eles desejam que sejam consideradas pelo tribunal de apelação. Nenhuma nova prova pode ser apresentada na apelação.

1. Recusa de processos

Um dos aspectos mais significativo do sistema jurídico norte-americano é a ampla liberdade de ação que os promotores têm em questões criminais. Por exemplo, um promotor federal pode recusar o processo de um delito se ele julgar que não é significativo o bastante para merecer um processo em um tribunal federal – por exemplo, a quantidade de drogas envolvida ou a perda para uma vítima pode ser relativamente pequena. Os investigadores podem apresentar suas provas a um promotor estadual (supondo-se que o delito possa ser julgado em um tribunal estadual), o qual, novamente, tem a liberdade de processar o delito ou recusar o processo. Da mesma forma, o promotor federal poderá recusar o processo de um delito menor se considerar que existe uma alternativa aceitável ao processo, como um acordo em que o réu compense a vítima pelo delito.

Os réus acusados de crimes menores e não violentos podem ter o direito a uma audiência de conciliação em um programa que normalmente inclui o ressarcimento da vítima. Se o réu concluir o programa de forma satisfatória, não será processado e poderá evitar um registro criminal.

Outro caso em que o promotor pode se recusar a abrir uma acusação ou a solicitar que um grande júri emita o indiciamento é quando, embora existam provas suficientes para a prisão de uma pessoa (ou seja, causa provável), o promotor sabe que não existiriam provas suficientes adicionais para convencer as pessoas no julgamento. Nessas circunstâncias, o promotor não é obrigado a recorrer a um mandado de prisão. Na verdade, se o promotor abrir uma acusação ou obtiver um indiciamento com o grande júri e o réu for preso nessas circunstâncias, isso poderá ser visto como abuso de poder do promotor.

2. Acordos de culpa

A maioria dos casos criminais nos Estados Unidos são concluídos antes de qualquer julgamento ou mesmo durante esta fase com o réu declarando-se culpado. Frequentemente, essas declarações de culpa são resultado de negociações entre o promotor e o advogado de defesa. Esse processo é chamado de negociação de culpa. O acordo é chamado de acordo de culpa ou negociação de culpa. No acordo de culpa, o réu, geralmente por meio de seu advogado, concorda em se declarar culpado de todas ou de algumas acusações contra ele em troca de certas ações por parte da promotoria. O promotor pode concordar em dispensar uma ou mais das acusações, ou fazer uma recomendação ao juiz quanto à sentença a ser imposta ou não se opor à sentença sugerida pela

defensoria.¹⁶ O acordo da promotoria é válido em todos os Estados Unidos. Como parte do acordo de culpa, o réu também pode concordar em prestar testemunho verídico sobre crimes que ele conhece. Portanto, o promotor pode usar o acordo de culpa para obter o testemunho necessário para condenar um crime mais significativo.

A declaração de culpa deve ser feita perante o juiz. O relator do tribunal faz um registro palavra a palavra de tudo o que é dito durante o procedimento. Antes de aceitar a declaração de culpa, o juiz interroga o réu abertamente para assegurar que o réu conhece o seu direito de se declarar “sem culpa” e de exigir um julgamento; que o réu está se declarando culpado voluntariamente; que o réu entende os termos de qualquer acordo de culpa e as conseqüências de se declarar culpado; que o réu não está sendo vítima de coerção ou de promessas impróprias por parte da promotoria; e que existe base factual para a culpa. Se o juiz não estiver satisfeito com as respostas do réu, poderá rejeitar a sua declaração de culpado.

3. Concessão de imunidade

A obtenção das provas necessárias para condenar pessoas envolvidas com grupos do crime organizado é particularmente difícil. A natureza reservada desses grupos e o seu poder de intimidação dificultam ao promotor a obtenção dos testemunhos necessários contra os líderes desses grupos. Testemunhas externas ao grupo com freqüência têm medo de testemunhar. As pessoas dos grupos em geral não apenas não se dispõem a testemunhar como também reivindicam o privilégio da quinta emenda contra a auto-incriminação e se recusam a testemunhar sobre quaisquer crimes em que estejam envolvidas. Os poderes especiais dos promotores federais para “imunizar” testemunhas freqüentemente permitem que eles obtenham os testemunhos críticos para esses casos.

Primeiro, o promotor pode determinar que a cooperação ou o testemunho esperado de uma personagem menor será especialmente significativo, e que a importância do testemunho ou da cooperação dessa pessoa seja de maior relevância do que a necessidade de processá-la pelo envolvimento em crimes menores. Nesses casos, o promotor pode concordar em não processar a pessoa pelos crimes que ela testemunhou ou com que cooperou, por exemplo, pelo fornecimento de informações e de pistas de investigação. O promotor pode, então, conceder imunidade contra processos para casos particulares.

Segundo, o promotor pode determinar que uma concessão mais limitada de imunidade é mais adequada. Essa imunidade mais limitada, chamada de imunidade de “uso”, destina-se a resguardar a declaração da testemunha frente ao privilégio contra a auto-incriminação. Nesses casos, o promotor pede ao tribunal para convencer a testemunha a testemunhar e a testemunha é assegurada de que o seu testemunho (e quaisquer informações dele oriundas) não poderá ser usado em um processo contra ela. Esse tipo de imunidade é controlado por um estatuto aprovado pelo Congresso especificamente para lidar com os problemas da obtenção de provas nos casos de crime organizado. O promotor ainda poderá processar a pessoa a que foi concedido este segundo tipo de imunidade se as provas contra ela não usarem o testemunho por ela prestado nem dele derivarem.

¹⁶ O juiz não precisa seguir a recomendação do promotor quanto à sentença. O juiz, portanto, prevenirá o réu antes de aceitar a declaração de culpa, para que não haja mal-entendidos quanto à força da recomendação do promotor. (Em contrapartida, a decisão do promotor de dispensar certas acusações pesa no tribunal.)

IV. Juizes, promotores e defensores norte-americanos: membros de uma única carreira advocacia

A. Qualificações

O mais alto tribunal de cada um dos 50 estados e do Distrito de Columbia estabelece as qualificações para a prática jurídica nos tribunais de suas jurisdições. Praticamente todos os estados requerem que os possíveis advogados tenham concluído um curso superior de quatro anos nos assuntos de escolha do candidato, além de três anos de faculdade de direito, com o título de doutor em jurisprudência. Embora muitos dos possíveis advogados estudem o governo (ciência política) quando universitários, nenhum curso particular do currículo da graduação é obrigatório.

Para que lhe seja admitida a prática jurídica em um estado ou no Distrito de Columbia, a pessoa precisa ser aceita pelo conselho ético de sua jurisdição e ser aprovado em um exame de conhecimentos gerais sobre o direito dos Estados Unidos, incluindo direito constitucional, ética judicial e direito jurisprudencial e processual.

Os exames para os dois primeiros tópicos são testes de múltipla escolha, administrados em escala nacional por uma agência examinadora privada e pontuados por meio de máquinas. No entanto, cada jurisdição decide qual será a nota de aprovação dos testes de múltipla escolha. Cada jurisdição organiza e gradua sua prova de exame segundo a sua lei material e seus procedimentos civis e criminais.

Os aprovados para uma jurisdição e considerados possuidores do caráter adequado à prática do direito são admitidos a praticá-lo perante seus tribunais. Eles devem se candidatar separadamente para cada tribunal federal distrital e para cada tribunal superior de apelação. Normalmente, não é necessário realizar exames adicionais para a prática nesses tribunais federais. A maior parte dos advogados norte-americanos pertence a foros de mais de um estado. Muitos estados possuem acordos entre si para a admissão de advogados uns dos outros, na base da reciprocidade, quando o advogado já pratica a advocacia por um determinado número de anos, normalmente cinco, e o seu caráter é adequado.

B. Terminologia

Quando uma pessoa é admitida em um foro, torna-se membro dele e passa a ser chamada de advogado ou procurador. Nos Estados Unidos, os termos têm os mesmos significados. *Esquire* após o nome de um estadunidense significa que a pessoa é advogado. O uso de *Esquire* para esse fim é informal, mas predominante. Os termos *counsel* (conselheiro) ou *counselor at law* (assessor jurídico) também são usados para designar advogados. É bom lembrar que eles simplesmente significam que a pessoa é advogado.

C. Trajetória profissional

Os advogados norte-americanos podem se dedicar à prática jurídica privada, o que significa que eles estão disponíveis para representar qualquer pessoa que deseje contratá-los. Os advogados particulares podem ou não representar pessoas acusadas criminalmente, ou seja, podem ou não agir como advogados de defesa. Os advogados também podem ser empregados por uma cidade, estado ou pelo governo federal em inúmeros serviços que requeiram o conhecimento das leis. Os promotores dos Estados Unidos sempre são advogados e funcionários municipais, estaduais ou federais.

Os advogados que se iniciam na prática particular podem posteriormente ser empregados por um ou mais órgãos do governo, inclusive como promotores. Os promotores podem, mais tarde, deixar o serviço público e ingressar no privado, onde podem agir como advogados de defesa.

D. O Judiciário

Os juízes são escolhidos dentre os que praticam a advocacia no âmbito privado há alguns anos, dentre os que trabalharam como promotores e, algumas vezes, dentre advogados a serviço do governo que não são promotores. Também podem ser escolhidos nas faculdades de direito.

Os juízes dos tribunais estaduais são freqüentemente eleitos e prestam serviços por tempo limitado. Os juízes federais e os juízes dos tribunais do Distrito de Colúmbia são nomeados pelo Presidente sob orientação e consentimento do Senado Federal. Os senadores indicam os candidatos ao Judiciário para os tribunais federais de seus estados. Os juízes federais são nomeados vitaliciamente. Os juízes federais raramente deixam o cargo e retornam à prática privada.

A Associação dos Foros Norte-Americanos (ABA), a associação nacional privada de advogados que inclui praticantes privados, procuradores públicos (inclusive promotores) e juízes entre os seus membros, classifica as nomeações às judicaturas federais. Embora as classificações da ABA não sejam oficiais, o Senado Federal quase nunca confirma a nomeação de quem seja classificado como inadequado pela ABA.

O Centro Judiciário Federal, em Washington, realiza cursos rápidos de treinamento para os novos juízes federais. Também existe um centro de treinamento em Reno, Nevada, aberto aos juízes dos tribunais estaduais de qualquer estado.

Os magistrados do Supremo Tribunal Federal, curiosamente, não precisam ser advogados. Na prática, porém, eles sempre são.